

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	27
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	28
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	29
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	30
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	32
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	33
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	15.539.859	13.529.751	13.874.636
1.01	Ativo Circulante	11.834.436	10.587.921	11.933.325
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.216.824	2.106.456	3.131.623
1.01.03	Contas a Receber	4.955.177	5.226.634	7.050.005
1.01.03.01	Clientes	4.955.177	5.226.634	7.050.005
1.01.06	Tributos a Recuperar	72	0	166.526
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72	0	166.526
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.662.363	3.254.831	1.585.171
1.01.08.03	Outros	4.662.363	3.254.831	1.585.171
1.02	Ativo Não Circulante	3.705.423	2.941.830	1.941.311
1.02.02	Investimentos	3.053.476	2.539.912	640.637
1.02.02.01	Participações Societárias	3.053.476	1.239.912	640.637
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	3.053.476	1.239.912	640.637
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	1.300.000	0
1.02.03	Imobilizado	651.947	401.918	1.300.674
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	651.947	401.918	1.300.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	15.539.859	13.529.751	13.874.636
2.01	Passivo Circulante	99.595	128.040	339.774
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.908	80.393	78.746
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	78.908	80.393	78.746
2.01.02	Fornecedores	0	2.526	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	2.526	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.687	21.963	198.455
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	15.862	198.455
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	15.862	198.455
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20.687	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	6.101	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	23.158	62.573
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	23.158	62.573
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	23.158	62.573
2.02	Passivo Não Circulante	15.428.264	13.389.711	13.522.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.428.264	13.389.711	13.522.862
2.02.01.02	Debêntures	15.428.264	13.389.711	13.522.862
2.03	Patrimônio Líquido	12.000	12.000	12.000
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	10.000	10.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.000	2.000	2.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.000	2.000	2.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.228.719	2.898.346	3.763.245
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.371.191	-2.132.916	-2.949.841
3.03	Resultado Bruto	857.528	765.430	813.404
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-826.664	-774.500	-786.149
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-449.515	-388.289	-384.074
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-377.149	-386.211	-402.075
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.864	-9.070	27.255
3.06	Resultado Financeiro	490.723	461.336	601.054
3.06.01	Receitas Financeiras	493.966	463.214	686.149
3.06.01.01	Outras Receitas não operacionais	16.940	0	0
3.06.01.02	Receita Financeira	477.026	463.214	686.149
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.243	-1.878	-85.095
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	521.587	452.266	628.309
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-153.340	-129.771	-189.625
3.08.01	Corrente	-153.340	-129.771	-189.625
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	368.247	322.495	438.684
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	368.247	322.495	438.684

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	368.247	322.495	438.684
4.03	Resultado Abrangente do Período	368.247	322.495	438.684

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.290.442	2.511.065	4.747.179
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.446.402	2.814.599	4.924.059
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	-176.880
6.01.03	Outros	-155.960	-303.534	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-788.669	-1.012.803	-417.679
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-391.405	-2.523.429	-2.728.799
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	110.368	-1.025.167	1.600.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.106.456	3.131.623	1.530.922
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.216.824	2.106.456	3.131.623

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-368.247	0	-368.247
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-368.247	0	-368.247
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.247	0	368.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	368.247	0	368.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	2.000	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	2.000	0	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	2.000	0	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-322.495	0	-322.495
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.495	0	-322.495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	322.495	0	322.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	322.495	0	322.495
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	2.000	0	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-438.684	0	-438.684
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-438.684	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	438.684	0	438.684
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	438.684	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	2.000	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	3.245.658	2.898.346	3.763.245
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.245.658	2.898.346	3.763.245
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-391.387	-360.431	-349.531
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-391.387	-360.431	-349.531
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.854.271	2.537.915	3.413.714
7.04	Retenções	-25.075	-12.284	-351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.075	-12.284	-351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.829.196	2.525.631	3.413.363
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	477.026	463.214	686.149
7.06.02	Receitas Financeiras	477.026	463.214	686.149
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.306.222	2.988.845	4.099.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.306.222	2.988.845	4.099.512
7.08.01	Pessoal	309.286	318.253	401.723
7.08.01.01	Remuneração Direta	309.286	259.406	255.956
7.08.01.02	Benefícios	0	39.559	56.183
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	19.288	18.696
7.08.01.04	Outros	0	0	70.888
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	318.131	277.905	433.417
7.08.02.01	Federais	318.131	277.905	433.417
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.310.558	2.070.192	2.825.688
7.08.03.01	Juros	2.310.558	2.030.246	2.825.688
7.08.03.02	Aluguéis	0	39.946	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	368.247	322.495	438.684
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	368.247	322.495	438.684

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

Curitiba-PR, 08 de março de 2022.

Aos acionistas da

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

Senhores Acionistas,

A Administração da **SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas aos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020.

Em Atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA*Diretor Presidente
Luiz Malucelli Neto*

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.**1) Contexto Operacional**

A Seneca Companhia Securitizadora, constituída em 15 de abril de 2015, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) realização de negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Padre Anchieta, nº 303, bairro Mercês, CEP: 80.410-030.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020, foram autorizadas pelo conselho de administração em 08 de março de 2022.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

Foi criado então, como pode se verificar abaixo, dois cenários calculando a “receita operacional bruta”, não levando em consideração a incidência dos tributos.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **“Pronunciamento Conceitual**

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC” e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuiçõesi. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito**

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

imobiliário.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo, por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021, e não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.



CNPJ: 22.495.265/0001-40

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos valores de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Bancos Conta Movimento	1.139.326	662.351
Aplicações de Liquidez Imediata	1.077.498	1.444.105
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.216.824	2.106.456

6) Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado, associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

A Previsão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) são classificados quando os mesmos chegam a um período superior a 180 dias sem o seu efetivo recebimento e não há nenhuma expectativa de liquidação por parte, conforme leis

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

ordenam o assunto para o reconhecimento da previsão em consonância com o CPC 38.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Direitos creditórios a receber	7.783.573	7.838.042
(-) PECLD	(2.828.396)	(2.611.408)
Total de direitos creditórios a receber	4.955.177	5.226.634

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	3.580.542	589.567	4.170.109
de 31 a 60 dias	39.417	325.819	365.236
de 61 a 90 dias	-	24.186	24.186
de 90 a 180 dias	-	395.646	395.646
Acima de 180 dias	-	2.828.396	2.828.396
(-) PECLD	-	(2.828.396)	(2.828.396)
Total Geral	3.619.959	1.335.218	4.955.177

7) Outros Créditos

A conta Outros créditos está constituída por valores que foram adiantados a pessoas ligadas a companhia. O grupo "Outros Créditos" fica assim constituído:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamento a pessoas ligadas	4.662.363	3.254.831
Total de Outros Créditos	4.662.363	3.254.831

8) Investimentos

A rubrica Investimentos está assim constituída:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Imóveis	1.300.000	1.300.000
Investimentos em ações	1.753.476	1.239.912
Total de Investimentos	3.053.476	2.539.912

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

9) Imobilizado

A conta “Imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	31.12.2021			31.12.2020
		Custo	Depreciação	Residual	Residual
Máquinas e equipamentos	10%	11.657	(1.069)	10.588	-
Equipamentos de informática	10%	3.847	(2.518)	1.329	2.099
Terrenos	-	186.745		186.745	186.745
Veículos	10%	116.186	(34.856)	81.330	104.567
Obras em andamento	-	371.955		371.955	108.507
Total do Imobilizado	-	690.390	(38.443)	651.947	401.918

10) Empréstimos e financiamentos

A Companhia tomou empréstimos com partes relacionadas para disponibilizar capital para condução normal dos negócios da organização.

a) Empréstimos e financiamentos – Passivo circulante:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Caixa Econômica Federal	-	23.158
Total de Empréstimos em Financiamentos	-	23.158

11) Obrigações tributárias

A conta “obrigações tributárias” está relacionada aos impostos apontados abaixo:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ a recolher	9.198	11.134
CSLL a recolher	4.043	4.728
COFINS a recolher	2.772	1.647
PIS a recolher	454	271
ISS a recolher	3.872	3.831
Retenção 4,65%	253	147
IRRF s/serv terceiros ou comissões	95	48
IRRF s/ Aluguéis	-	157
Total obrigações tributárias	20.687	21.963

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

12) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta "obrigações trabalhistas e sociais" é composta por:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
IRRF a Recolher	2.182	1.605
INSS a Recolher	7.461	6.589
FGTS a Recolher	2.403	2.150
Contribuição Sindical	1.582	1.581
Salários	12.125	12.065
Provisão de Férias	39.462	41.873
INSS s/ Férias	10.536	11.180
FGTS s/ Férias	3.157	3.350
Total de obrigações trabalhistas	78.908	80.393

13) Títulos e valores mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 de setembro de 2015, onde foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 240 (duzentos e quarenta) meses. As debêntures farão jus à participação nos lucros antes dos impostos, excluídos os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 50% (cinquenta por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o lucro for sendo auferido, até a data de vencimento das debêntures. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado. De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Emissão de debêntures	3.732.517	3.732.517
Remuneração de debêntures	14.511.788	12.256.247
(-) Provisão P/ Perdas com Debêntures	(2.816.041)	(2.599.053)
Total títulos e valores mobiliários	15.428.264	13.389.711

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

14) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva Legal – Constituída na forma da Lei 6.404/76 e do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, respeitando a destinação de 5% do lucro do exercício e o limite de 20% do Capital Social Integralizado.

15) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição (em reais)	31.12.2021	31.12.2020
Receitas operacionais	857.528	765.430
Receita de Securitização	2.408.904	2.165.360
Receita de Prestação de Serviços	819.815	732.986
(-) Custo de captação de recursos	(2.255.541)	(2.028.368)
(-) Custo de Prestação de Serviços	(18.721)	(28.182)
(-) COFINS	(129.445)	(115.301)
(-) PIS	(21.035)	(18.736)
(-) ISSQN CURITIBA	(40.989)	(36.648)
(-) Outros tributos	(10.343)	-
Crédito COFINS	90.222	81.135
Crédito PIS	14.661	13.184
Despesas operacionais	(826.664)	(774.500)
Despesas Gerais e Administrativas	(449.515)	(388.289)
Despesas com Pessoal	(377.149)	(386.211)
Resultado operacional líquido	30.864	(9.070)

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

16) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras	477.026	463.214
Juros	439.376	374.709
Rendimento de aplicação financeira	3.677	53.970
Juros s/ capital próprio	26.126	12.364
Outras	7.847	22.171
Despesas financeiras	(3.243)	(1.878)
Juros passivos	(826)	(23)
Juros/multas s/ tributos	(869)	(1.081)
Encargos s/ Empréstimos e financiamentos	(1.548)	(774)
Resultado financeiro líquido	473.783	461.336

17) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Empréstimos e financiamentos (nota 10): os empréstimos com partes relacionadas estão considerados por seus valores de entrada, acrescido dos respectivos encargos incorridos.

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

Títulos e valores mobiliários (nota 13): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba - PR, 09 de março de 2022.

Luiz Malucelli Neto
Diretor Presidente

Pietro Roderjan Malucelli
Diretor Vice Presidente

Rogério Luiz Cavallari
Tec. Contábil CRC/PR nº 29775

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Proposta de Orçamento de Capital

A Companhia declara não possuir proposta de Orçamento de Capital.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 13)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia não efetuou emissão de debêntures. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação, quando realizadas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2021.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 17)

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e reacquisição dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2021, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de março de 2022.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC/PR – 005288/O-6

Antonio Justichechem
Contador CRC/PR – 037.469/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba-PR, 09 de março de 2022.

DIRETORIA

Luiz Malucelli Neto

Diretor Presidente

Pietro Roderjan Malucelli

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DIRETORIA**

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de setembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter visto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 09 de março de 2022, referente ao período de 31 de dezembro de 2021.

Curitiba-PR , 09 de março de 2022.

Luiz Malucelli Neto

Diretor Presidente

Pietro Roderjan Malucelli

Diretor Vice-Presidente